

## A um ano da eleição, TSE foca em potencial viral de mentiras

A promessa de campanha intensa em 2022 e a recente experiência com os ataques ao sistema eleitoral brasileiro levaram o Tribunal Superior Eleitoral a planejar a ampliação da estrutura montada com o objetivo de coibir campanhas de desinformação e propagação de notícias fraudulentas. A um ano das eleições, a corte foca seus esforços em reduzir o potencial de viralizar esse tipo de conteúdo.

Reprodução



Após eleições de 2020, TSE resolveu transformar campanha de combate à desinformação em permanente  
Reprodução

A estratégia foi exposta em evento organizado na manhã desta sexta-feira (15/10) pelo Google, um parceiro do TSE desde 2014. Secretária-geral da presidência da corte, Aline Osório explicou que o trabalho de combate à desinformação deve ser contínuo. Assim, o plano é ampliar ainda mais a rede de colaboradores.

"A ideia é que o programa de combate à desinformação tenha mais agilidade em todo o período eleitoral, mas desde logo vamos buscar reduzir o impacto potencial de viralização de notícias fraudulentas ou desinformativas. Vamos trazer inovação com soluções digitais inéditas e eficientes", disse.

Esse programa foi inaugurado pela corte de olho nas eleições municipais de 2020. Com as campanhas feitas predominantemente online por conta da epidemia e [o rumo](#) que a [discussão político-eleitoral](#) tomou no país desde então, ficou claro que a iniciativa precisaria ser prolongada. Em agosto de 2021, o TSE [transformou o programa em permanente](#).

Assim, os trabalhos serão estruturados em três eixos: informar, capacitar e responder. Aline Osório ressaltou a importância de monitorar, com a ajuda de instituições parceiras do TSE, as narrativas desinformativas que circulam na sociedade.

"Muitas das narrativas que circulam nos períodos eleitorais são desinformação fantasma ou reciclada: são os mesmos vídeos ou ideias desinformativas que voltam a circular e que trazem clima de desconfiança. Monitorando essa desinformação, a gente consegue rapidamente promover respostas. E

não são respostas de retirada de conteúdo. São tentativas de dar, para cada tipo de conteúdo, uma forma de atuação", explicou.

Também apontou que os riscos para a eleição de 2022 não se resumem aos conteúdos falsos. Há ainda discurso de ódio, violência e extremismo, além de incidentes de cybersegurança: tentativa de usar marcos do período eleitoral para divulgar supostos vazamentos ou divulgar ações para desestabilizar processo.

"O programa de combate à desinformação tem que ter muita eficiência na comunicação para que toda essa cadeia de ameaças ao processo eleitoral possa ser plenamente atendida", disse a secretária-geral da presidência do TSE. "Nenhum tribunal pode, sozinho, pretender combater a desinformação", concluiu.

**Date Created**

15/10/2021